



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000667-30.2016.8.24.0600

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 22/2016-CGJ

Período da correição: 20-6-2016 a 22-8-2016

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessor Técnico Correicional: Geraldo Della Giustina

Assessora Correicional: Veruska Maluf

Analista Jurídica: Cristiane B. de Souza



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

DADOS DA UNIDADE

Comarca: Capital - Norte da Ilha

Unidade: Vara da Família e Órfãos de Santo Antônio de Lisboa

Municípios integrantes: Florianópolis

Juiz titular: Cyd Carlos da Silveira (em afastamento autorizado). Juíza respondendo: Gabriela Sailon de Souza Benedet.

Chefe de cartório: Liara Mirna Souza

Última correição por equipe da CGJ/SC: 7-10-2013 a 10-12-2013. Autos n. 0012630-40.2013.8.24.0600.

Competência: Resolução n. 2/2013-TJ: "[...] Art. 2º Nas ações originárias do território dos Distritos de Rationes, Santo Antônio de Lisboa, Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus, Ingleses do Rio Vermelho e São João do Rio Vermelho, e dos bairros Monte Verde e Saco Grande, pertencentes ao Distrito Sede do município de Florianópolis, o Juiz de Direito da Vara da Família e Órfãos de Santo Antônio de Lisboa terá competência para: I - processar e julgar: atos de interdição, tutela e contas de tutores e curadores; b) ações ou medidas promovidas pela parte ou pelo Ministério Público concernentes às fundações, nos termos da lei; e c) matérias tratadas no art. 96 da Lei Estadual n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, inclusive as ações a elas relacionadas aforadas pelo Escritório de Atendimento Jurídico - Esaje, do Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina - Cesusc; II - dar tutor ou curador a órfãos ou interditos, tomar-lhes as contas nos prazos legais e remover o que mal desempenhar as suas obrigações, sempre que convenha aos interesses do pupilo ou curatelado; III - suprir consentimento de pais, ou tutor, para o casamento; IV - conceder ou homologar emancipação, nos termos da lei; V - resolver sobre a entrega de bens de órfãos emancipados pelo casamento; VI - determinar a inscrição de hipoteca legal dos menores e interditos, na forma da lei; VII - determinar hasta pública, para alienação de bens de menores sob sua jurisdição; VIII - autorizar a subrogação de bens inalienáveis ou de órfãos, ausentes ou interditos, ou havidos causa mortis; IX - dar posse em nome do nascituro; X - declarar a extinção de fideicomisso ou usufruto, que interesse a menores ou incapazes; e XI - praticar os demais atos facultados em lei para a proteção a órfãos e administração proveitosa de seus bens. Parágrafo único. Os processos referidos neste artigo, originários do território dos Distritos de Rationes, Santo Antônio de Lisboa, Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus, Ingleses do Rio Vermelho e São João do Rio Vermelho, e dos bairros Monte Verde e Saco Grande, pertencentes ao Distrito Sede do município de Florianópolis, atualmente em tramitação no Juizado Especial Cível e Criminal de Santo Antônio de Lisboa e na 1ª e 2ª Varas da Família e Órfãos da comarca da Capital, serão redistribuídos ao Juiz de Direito da Vara da Família e Órfãos de Santo Antônio de Lisboa.[...]"

Entrância: Especial.



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos físicos+eletrônicos

	Indicador	Total
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.715
1.1.2	Processos em andamento	2.715
1.1.3	Procedimentos em andamento	0

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).
Mês de referência Setembro de 2016.

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos eletrônicos

	Indicador	Total
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.715
1.2.2	Processos em andamento	2.715
1.2.3	Procedimentos em andamento	0

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).
Mês de referência Setembro de 2016.

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	1.410		

Observações

a) Informações obtidas em 13/10/2016.

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos distribuídos

	Indicador	Total	Média
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	1.289	107,42
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	1.470	122,50
1.4.3	Janeiro a agosto de 2016	1.115	139,38

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.

1.5 FILAS DE TRABALHO-Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias	735
	Família - Processo	
1.5.1.1	Ag. Audiência	6
1.5.1.2	Ag. Prazo	8
1.5.1.3	Ag. Prisão	22
1.5.1.4	Análise do Cartório - Trânsito em Julgado	45
1.5.1.5	Concluso para Despacho	590
1.5.1.6	Concluso para Sentença	8



1.5.1.7	Concluso 1	6
1.5.1.8	Concluso 2	2
1.5.1.9	Concluso 3	26
1.5.1.10	Concluso 5	1
1.5.1.11	Concluso 6	5
1.5.1.12	Escrivão	11
1.5.1.13	Recebido Distribuição	5

Observações

- a) Informações obtidas em 13/10/2016.
- b) Na data de 13/10/2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:
- b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 2 processos na fila. O mais antigo data de 4/10/2016.
- b.2) Ag. Análise - Recursos: não existem processos na fila.
- b.3) Cumprir urgente: existem 4 processos na fila. O mais antigo data de 13/10/2016.
- b.4) Concluso - Urgente: existem 30 processos na fila. O mais antigo data de 24/06/2016.
- b.5) Recebido do Juiz.
Recebido do Juiz - Despacho: existem 24 processos na fila. O mais antigo data de 11/10/2016.
Recebido do Juiz - Decisão: existem 3 processos na fila. O mais antigo data de 11/10/2016.
Recebido do Juiz - Sentença: existem 2 processos na fila. O mais antigo data de 10/10/2016.
- b.6) Escrivão: existem 36 processos na fila. O mais antigo data de 22/10/2015.
- b.7) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 26 e 6 processos, respectivamente, com audiências já realizadas ou sem designação de audiência.
- b.8) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (n. [REDACTED], [REDACTED], 0300841-41.2016.8.24.0090, [REDACTED], [REDACTED], 0000050-48.2016.8.24.0090 e [REDACTED], [REDACTED]), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento e que em nenhum deles há certidão do art. 327 CNCGJ (Provimento n. 1/2016 - CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).
- b.9) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (n. [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED]), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão do feito.
Fila Petição intermediária
- b.10) Ag. Análise - Juntada Automática: existem 22 petições pendentes de análise e andamento, sendo a data mais antiga 11/10/2016.
- b.11) Ag. Análise - Petições Diversas: existem 4 petições pendentes de juntada e andamento, sendo a data mais antiga 13/10/2016.

1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

Indicador		Primeira verificação	Segunda verificação								
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	197	245								
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade	8,88%	9,02%								
1.6.2	Processos sem movimento há mais de 365 dias por ano da última movimentação (Data da movimentação mais antiga: 06/05/2013)										
1.6.2.1	Ano da última movimentação	Processos físicos em gabinete		Processos eletrônicos em gabinete		Processos físicos em cartório		Processos eletrônicos em cartório		Total	
		V1	V2	V1	V2	V1	V2	V1	V2	V1	V2
1.6.2.2	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	(4)	(1)
1.6.2.3	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	(22)	(7)
1.6.2.4	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	(35)	(21)
1.6.2.5	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	61	29

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
- Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).
- Primeira verificação: mês de referência Maio de 2016. (fl. 10-11).
- Segunda verificação: mês de referência Setembro de 2016. (fls. 37-40).

Indicador		Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.3	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	187	65
1.6.4	Processos com a classe 'Habilitação para adoção' em andamento e distribuídos há mais de 365 dias	0	0
1.6.5	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas)	89	20
1.6.6	Audiências com situação 'pendente' há mais de 30 dias	32	2
1.6.7	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais	116	-
1.6.8	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013	-	-
1.6.9	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013	-	-

Observações

- Padrão de conformidade (itens 1.6.3, 1.6.4, 1.6.5 e 1.6.6): o relatório não deve trazer



registro.

b) Itens 1.6.3, 1.6.4, 1.6.8 e 1.6.9: não se aplicam em face da competência da unidade.

c) Primeira verificação em 13/06/2016. (fls. 12-17).

c.1) Item 1.6.3: embora o relatório não se aplique à unidade em razão da competência, no programa Inspeção Virtual foram identificados 185 processos com a classe "Guarda" e 2 processos com a classe "Remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador", em tese relativas à Vara da Infância e Juventude. O relatório foi encaminhado à unidade e as orientações para os ajustes repassadas por telefone nesta data.

c.2) Itens 1.6.7 a 1.6.9: dados do mês de abril de 2016, extraídos do site desta Corregedoria (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.

d) Segunda verificação em 13/10/2016. (fls. 41-44).

d.1) Item 1.6.3: embora o relatório não se aplique à unidade em razão da competência, no programa Inspeção Virtual foram identificados 65 processos com a classe "Guarda", em tese relativas à Vara da Infância e Juventude.

d.2) Item 1.6.7: por inconsistência do sistema não foi possível a extração do referido relatório.

PENDÊNCIAS

1.6.10	Pendências em aberto (período : 01/01/1900 a 31/05/2016)	Primeira verificação	Segunda verificação
	Peticionamento eletrônico	91	0
	Petição Intermediária	19	0
	Mandados	1	0
	AR	15	0

Observações

a) Padrão de conformidade: o relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes.

b) Primeira verificação em 13/06/2016. (fl. 18).

c) Segunda verificação em 13/10/2016.

AJUSTE DE MOVIMENTAÇÃO

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.11	Processos ativos com localização física 'arquivo administrativo', 'arquivo central' ou 'sala de arquivo'		
1.6.12	Processos ativos com localização física 'Superior Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça - Cerc', 'Tribunal Regional Federal' ou 'Turma de		
1.6.13	Processos ativos com localização física 'cartório - processo suspenso', 'cartório - suspenso (art. 366 CPP)' ou 'cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)'		
1.6.14	Processos ativos com localização física 'devolvido à origem', 'entregue à parte' ou 'remetido'		
1.6.15	Processos principais ativos com execução de sentença iniciada		

Observações

a) Os itens acima não eram extraídos à época da primeira verificação.

b) Primeira verificação em 13/06/2016.

c) Segunda verificação em 13/10/2016.



MANDADOS

Indicador	Primeira verificação		Segunda verificação	
	Total	+100d	Total	+100d
1.6.16 Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias			3	3

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.
- Primeira verificação em 13/06/2016. (fl. 19).
- Segunda verificação em 13/10/2016. (fl. 45).

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

Indicador	Valor			
	Primeira verificação		Segunda verificação	
	Total	+100d	Total	+100d
1.6.17 Outros setores				
1.6.17.1 Distribuição	0	0	1	0
1.6.17.2 Ministério Público	43	1	199	7
1.6.17.3 Serviço Social	58	26	47	20
1.6.17.4 Setor de Psicologia	33	9	23	12

Observações

- Primeira verificação em Maio de 2016 (fl. 20).
- Segunda verificação em Setembro de 2016 (fl. 46).

PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

Indicador	Valor			
	Primeira verificação		Segunda verificação	
	Total	+100d	Total	+100d
1.6.18 Quantidade total de processos em carga				
Local				
Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				

Observações

- Primeira verificação: mês de referência Maio de 2016.
- Segunda verificação: mês de referência Setembro de 2016.
- Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).

1.6.19 Processos com mesmo local físico há mais de 30 dias

Indicador	Valor			
	Primeira verificação		Segunda verificação	
	Total	+30d	Total	+30d
Atendimento				
1.6.19.1 Cartório - Recebido do Advogado	0	0	0	0
1.6.19.2 Cartório - Recebido do Contador	0	0	0	0
1.6.19.3 Cartório - Recebido do Juiz	0	0	0	0
1.6.19.4 Cartório - Recebido do Promotor	0	0	0	0
Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.19.5 Cartório - Ag. confecção de relação	0	0	0	0



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

1.6.19.6	Cartório - Aguardando	0	0	0	0
1.6.19.7	Cartório - Aguardando AR	0	0	0	0
1.6.19.8	Cartório - Aguardando carta precatória	0	0	0	0
1.6.19.9	Cartório - Aguardando mandado	0	0	0	0
1.6.19.10	Cartório - Aguardando publicação relação	0	0	0	0
1.6.19.11	Cartório - Arquivar	0	0	0	0
1.6.19.12	Cartório - Escaninho Delegacia	0	0	0	0
1.6.19.13	Cartório - Escaninho do Advogado	0	0	0	0
1.6.19.14	Cartório - Escaninho do Juiz	0	0	0	0
1.6.19.15	Cartório - Escaninho do Promotor	0	0	0	0
1.6.19.16	Cartório - Escaninho Juiz (assinaturas)	0	0	0	0
1.6.19.17	Cartório - Mesa do Escrivão	0	0	0	0
1.6.19.18	Cartório - Mesa do Escrivão(assinaturas)	0	0	0	0
1.6.19.19	Cartório - Mesa 01 a 10	0	0	0	0
1.6.19.20	Cartório - Prazo 1 a 31 Expedição/cumprimento	0	0	0	0
1.6.19.21	Cartório - Cumprir despacho	0	0	0	0
1.6.19.22	Cartório - Cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.19.23	Cartório - Expedir alvará	0	0	0	0
1.6.19.24	Cartório - Expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.19.25	Cartório - Expedir edital	0	0	0	0
1.6.19.26	Cartório - Expedir formal	0	0	0	0
1.6.19.27	Cartório - Expedir mandado	0	0	0	0
1.6.19.28	Cartório - Expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.19.29	Cartório - Aguardando Juntada	0	0	0	0
1.6.19.30	Cartório - Aguardando petição	0	0	0	0
1.6.19.31	Cartório - Aguardando resposta de ofício	0	0	0	0

Observações

- Primeira verificação em 13/06/2016.
- Segunda verificação em 13/10/2016.
- Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".

1.7 REGISTROS CRIMINAIS



	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros	23	4
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	0	0

Observações

- Itens 1.7.1 a 1.7.5 e 1.7.7: não se aplicam em face da competência da unidade.
- Padrão de conformidade:
 - Itens 1.7.1 a 1.7.6: o relatório não deve trazer registro.
- Primeira verificação em 13/06/2016. (fls. 21-22).
- Segunda verificação em 13/10/2016. (fl. 49).

1.7.8	Réu Preso Provisório	0	0
	Réu Preso Definitivo	3	1
	Total	3	1

Observações

- Padrão de conformidade: O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais.
 - Primeira verificação em 13/06/2016. (fl. 23).
 - Segunda verificação em 13/10/2016. (fl. 50).

	[REDACTED]	0	0
	[REDACTED]	0	0
	[REDACTED]	0	0

Observações

[REDACTED]

1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA



	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	-	-
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	-	-
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	-	-
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	-	-

Observações

- a) Itens 1.8.1 a 1.8.4: não se aplicam em face da competência da unidade.
- b) Primeira verificação em 13/06/2016.
- c) Segunda verificação em 13/10/2016.

1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	-	-

Observações

- a) Item 1.9.1: não se aplica em face da competência da unidade.
- b) Primeira verificação em 13/06/2016.
- c) Segunda verificação em 13/10/2016.



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 27 de janeiro de 2017.

Geraldo Della Giustina
Assessor Técnico Correicional - Mat. 3.059

Cristiane B. de Souza
Analista Jurídica - Mat. 14.829